



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2024**

A União, por meio da Polícia Rodoviária Federal - PRF, com sede na SPO, Quadra 03, Lote 5, Setor Policial Sul, CEP: 70.610-909, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0104-41, neste ato representada pelo Sr. ALDO LAMARCHE CASTRO PEREIRA, Coordenador-Geral de Aquisições Nacionais substituto, designado pela Portaria de Pessoal SE/MJSP nº 1.111 de 01 de julho de 2024, publicada na seção 2, Edição 125 do Diário Oficial da União, de 02 de julho de 2024, considerando o julgamento da Contratação Direta nº 485/2024 para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, constante do processo administrativo nº 08650.080917/2024-12, autuado com supedâneo no art. 74, inciso I c/c o art. 82, §6º da Lei nº 14.133, de 2021. RESOLVE registrar os preços da Sociedade Empresária indicada e qualificada nesta ATA, nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas na Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes *especialmente* da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Dispositivo de Condução de Energia (DCE) também conhecidos como Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular, a fim de atender as necessidades da Polícia Rodoviária Federal, conforme levantamento realizado por meio do processo SEI nº 08650.026142/2024-30, especificado no item 1.1 do Termo de Referência e seus anexos da Contratação Direta nº 485/2024, que é parte integrante desta Ata.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR: AXON ENTERPRISE, INC. IDENTIFICADOR: US86-0741227 ENDEREÇO: 17800 N 85TH ST. SCOTTSDALE, ARIZONA 85255 UNITED STATES TELEFONE: 11 98105-5555 E-MAIL: franco@giaffone.com.br REPRESENTANTE LEGAL: FRANCO GIAFFONE							
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO USD	VALOR UNITÁRIO BRL	VALOR TOTAL USD	VALOR TOTAL BRL
1	KIT DCE (ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 10 + BATERIA RECARREGÁVEL TASER 10 + CARREGADOR DE BATERIA, + CARREGADOR (MAGAZINE) OPERACIONAL PARA TASER 10) + LICENÇA TASER 10	Unidade	12294	US\$2.180	R\$ 11.924,60	US 26.800,920	R\$ 146.601.032,40
2	CARREGADOR (MAGAZINE) TREINAMENTO OPERACIONAL TASER 10 (ROXO)	Unidade	1834	US\$120	R\$ 656,40	US\$220.080	R\$ 1.203.837,60
3	CARTUCHO OPERACIONAL TASER 10	Unidade	261876	US\$17	R\$ 92,99	US\$4.451.892	R\$ 24.351.849,24
4	CARREGADOR (MAGAZINE) TREINAMENTO TASER 10 - AZUL (PARA CARTUCHOS VELCRO)	Unidade	1879	US\$120	R\$ 656,40	US\$225.480	R\$ 1.233.375,60
5	CARTUCHO TREINAMENTO TASER 10 (VELCRO)	Unidade	88704	US\$17	R\$ 92,99	US\$ 1.507.968	R\$ 8.248.584,96
6	CARREGADOR (MAGAZINE) INERTE TASER 10 - VERMELHO	Unidade	1886	US\$120	R\$ 656,40	US\$ 226.320	R\$ 1.237.970,40
7	CARTUCHO INERTE TASER 10 - VERMELHO	Unidade	18510	US\$0,50	R\$ 2,735	US\$9.255	R\$ 50.624,85
8	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO	Unidade	1090	US\$373,50	R\$ 2.043,04	US\$407.115	R\$ 2.226.919,05
9	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA 6), 6 POSIÇÕES	Unidade	253	US\$1050	R\$ 5.743,50	US\$265.650	R\$ 1.453.105,50
10	TRAJE DE TREINAMENTO EM VELCRO PARA CARTUCHOS TASER 10, MODELO HALT	Unidade	74	US\$650	R\$ 3.555,50	US\$48.100	R\$ 263.107,00
11	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, VELCRO, TASER10, PROFISSIONAL	Unidade	162	US\$140	R\$ 765,80	US\$22.680	R\$ 124.059,60
12	COLDRE OPERACIONAL TASER 10	Unidade	12294	US\$70	R\$ 382,90	US\$860.580	R\$ 4.707.373,60
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>US\$35.046.040</b>	<b>R\$191.701.838,80</b>

\* Cotação do Dólar: 5,47 considerado o câmbio PTAX do dia a 08/07/2024 obtida no no site do Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>)

2.2. Não haverá Cadastro de Reserva.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF (UASG 200109) - Endereço: SPO SN lote 5 Complexo Sede da PRF - Brasília/DF - CEP: 70610909

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃO GERENCIADOR - UASG 200109	
	MJ-DPRF-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIARIA FEDERAL /DF Endereço: SPO SN lote 5 Complexo Sede da PRF - Brasília /DF - CEP: 70610909	
	Requisição mínima	Requisição Máxima
1	10	3727
2	2	60
3	300	82256
4	2	60
5	300	1000
6	2	60
7	20	300
8	1	500

9	1	2
10	1	30
11	1	60
12	10	3727

ITEM Nº	ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES PARTICIPANTES																
	Órgão Participante: UASG 453079 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA-PR Rua Coronel Dulcídio, 800 - Batel - 80420-170 - Curitiba - PR 41 3313-1638		Órgão Participante: UASG 926015 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL Complexo da PCDF, SPO, Conjunto A, Lote 23; Brasília, DF; Brasil (61) 98626-1197		Órgão Participante: UASG 926016 POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s /n - Asa Sul, Brasília - DF, 70610-212		Órgão Participante: UASG 926142 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL BL B - SAM Lote A - Asa Norte, Brasília - DF, 70620-000		Órgão Participante: UASG 926857 - BRIGADA MILITAR DO EST DO RIO GRANDE DO SUL R. dos Andradas, 482 - 3º Andar - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, 90020-002		Órgão Participante: UASG: 927619 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS /GO Av. Contorno, 879 - St. Central, Goiânia - GO, 74055-140		Órgão Participante: UASG 200334 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SAS, Quadra 06, Lotes 09/10, Edifício sede DPF - Asa Sul Brasília, DF Brasil		Órgão Participante: UASG 040001 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL STF Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - CEP 70175-900.		Órgão Participante: UASG 040001 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL STF Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - CEP 70175-900.
	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Requisição Mínima
1	10	2492	10	506	10	3708	10	271	10	500	10	580	-----	-----	10	10	
2	2	1620	2	60	2	74	-----	-----	-----	-----	2	20	-----	-----	-----	-----	--
3	300	56.000	300	2530	300	74.160	300	8130	300	23000	300	10600	-----	-----	200	200	3
4	2	1660	2	60	2	74	2	5	-----	-----	2	20	-----	-----	-----	-----	--
5	300	21900	300	6000	300	55.620	300	1084	-----	-----	300	3000	-----	-----	-----	-----	--
6	2	1660	2	60	2	74	2	12	-----	-----	2	20	-----	-----	-----	-----	--
7	20	16.900	20	240	20	740	20	130	-----	-----	20	200	-----	-----	-----	-----	--
8	1	243	1	40	1	61	1	6	-----	-----	1	30	1	200	1	10	--
9	1	44	1	80	-----	-----	1	1	-----	-----	1	26	1	100	-----	-----	--
10	1	28	1	8	1	2	1	2	-----	-----	1	4	-----	-----	-----	-----	--
11	1	62	1	8	1	10	1	2	-----	-----	1	20	-----	-----	-----	-----	--
12	10	2491	10	506	10	3708	10	271	10	500	10	580	-----	-----	10	10	

3.3. A contratada poderá autorizar a compra em quantidades inferiores a Requisição Mínima.

3.4. Caso o saldo da quantidade registrada seja inferior ao pedido mínimo, a totalidade das unidades disponíveis deverá ser aceita pela Contratada.

3.5. Essas exigências visa proporcionar maior previsibilidade à contratada no que diz respeito ao dimensionamento de sua proposta, especialmente em relação ao planejamento logístico e aos custos de frete associados.

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* ; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do aviso de contratação direta, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente no sistema SEI/PRF, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

ALDO LAMARCHE CASTRO PEREIRA  
[Coordenador-Geral de Aquisições Nacionais Substituto](#)  
Polícia Rodoviária Federal  
CNPJ: 00.394.494/0104-41

FRANCO GIAFFONE  
Representante Legal  
AXON ENTERPRISE, INC

**PRF** Documento assinado eletronicamente por **Franco Giaffone, Usuário Externo**, em 10/10/2024, às 11:39, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF** Documento assinado eletronicamente por **ALDO LAMARCHE CASTRO PEREIRA, Coordenador(a)-Geral de Aquisições Nacionais substituto(a)**, em 10/10/2024, às 14:35, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **60188112** e o código CRC **9D59C6E8**.

---